



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZETA

Praça João de Góes, 173 – Cep. 59.375-000 – Telefone/WhatsApp (84) 3473-2358

CNPJ 10.727.485/0001-73 – E-mail: camaracruzeta@yahoo.com.br

Site: <https://www.cruzeta.rn.leg.br/>

REGIMENTO INTERNO DO PARLAMENTO JOVEM DE CRUZETA/RN

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Regimento Interno disciplina a organização, o funcionamento e as atribuições dos órgãos do Parlamento Jovem de Cruzeta, instituído pela Resolução nº 103, de 23 de abril de 2025, da Câmara Municipal de Cruzeta, e estabelece as normas para suas atividades legislativas e administrativas.

Art. 2º O Parlamento Jovem de Cruzeta rege-se pelos seguintes objetivos específicos, em conformidade com o Art. 3º da Resolução nº 103/2025:

I - Possibilitar aos estudantes uma visão geral sobre diversos aspectos da democracia participativa, com a prática de sua cidadania;

II - Proporcionar a integração do Poder Legislativo Municipal com a classe estudantil;

III - Divulgar as atividades parlamentares com o propósito de despertar nos alunos uma consciência crítica sobre o exercício da atividade política;

IV - Estimular a participação ativa dos estudantes nos movimentos sociais e políticos, promovendo o surgimento de novos líderes;

V - Proporcionar aos estudantes eleitos a vivência do processo democrático através das sessões plenárias, discussões, elaboração e aprovação de projetos.

Art. 3º O Parlamento Jovem tem sua sede e local de reuniões no Plenário da Câmara Municipal de Cruzeta, ou em outro local designado pela Mesa Diretora da Câmara Municipal em comum acordo com a Comissão Organizadora do Parlamento Jovem.

TÍTULO II - DOS VEREADORES JOVENS

CAPÍTULO I - DO MANDATO E DA POSSE

Art. 4º O Parlamento Jovem de Cruzeta é composto por 9 (nove) Vereadores Jovens, eleitos e distribuídos conforme as normas estabelecidas no Art. 1º e seus parágrafos da Resolução nº 103/2025.

§ 1º O mandato dos Vereadores Jovens acompanhará o ano letivo, e sua função será considerada de interesse educativo e participativo, sem remuneração, conforme Art. 2º da Resolução nº 103/2025.

§ 2º A posse dos Vereadores Jovens ocorrerá em sessão solene de instalação, em até 30 (trinta) dias após as eleições, na qual prestarão o seguinte compromisso, conforme Art.

7º, § 1º da Resolução nº 103/2025: "Prometo desempenhar fielmente o meu mandato, promovendo o bem-estar do Município de Cruzeta dentro das normas constitucionais e regimentais".

CAPÍTULO II - DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 5º São direitos do Vereador Jovem:

- I - Participar de todas as discussões e deliberações do Plenário;
- II - Votar e ser votado para os cargos da Mesa Diretora do Parlamento Jovem;
- III - Apresentar proposições e emendas, na forma deste Regimento e em consonância com a Resolução nº 103/2025;
- IV - Usar da palavra em Plenário, observadas as disposições deste Regimento;
- V - Integrar comissões temporárias, se criadas pelo Parlamento Jovem;
- VI - Ter acesso às dependências e serviços da Câmara Municipal postos à disposição para os trabalhos do Parlamento Jovem, conforme Art. 1º, VIII da Resolução nº 103/2025;
- VII - Contar com a ajuda de um estudante-assessor parlamentar, proveniente do mesmo estabelecimento de ensino em que se encontra matriculado, função esta não remunerada, nos termos do Art. 1º, IX da Resolução nº 103/2025.

Art. 6º São deveres do Vereador Jovem:

- I - Comparecer pontualmente às sessões ordinárias e extraordinárias;
- II - Desempenhar com zelo e dedicação as atribuições do cargo e as missões para as quais for designado;
- III - Observar o decoro parlamentar e as normas deste Regimento e da Resolução nº 103/2025;
- IV - Respeitar os demais Vereadores Jovens, os membros da Comissão Organizadora, os servidores da Câmara Municipal e o público presente às sessões;
- V - Apresentar propostas e participar ativamente dos debates, visando o cumprimento dos objetivos do Parlamento Jovem.

CAPÍTULO III - DA PERDA DO MANDATO, DA RENÚNCIA E DA SUPLENÇA

Art. 7º Perderá o mandato o Vereador Jovem que:

- I - Deixar de comparecer, sem justificativa aceita pela Mesa Diretora do Parlamento Jovem, a 3 (três) sessões ordinárias consecutivas ou 5 (cinco) alternadas durante o mandato letivo;
- II - Infringir gravemente as disposições deste Regimento ou da Resolução nº 103/2025;
- III - Deixar de preencher os requisitos de elegibilidade previstos no Art. 1º, Inciso I, da Resolução nº 103/2025 (idade, matrícula escolar, frequência escolar);
- IV - Renunciar expressamente ao mandato, por meio de comunicação escrita à Mesa Diretora do Parlamento Jovem.

Art. 8º A Mesa Diretora do Parlamento Jovem comunicará à Comissão Organizadora qualquer caso de perda de mandato ou renúncia.

Art. 9º Em caso de vaga, licença ou impedimento de Vereador Jovem, será convocado o suplente.

§ 1º A convocação do suplente observará a ordem de classificação dos candidatos mais votados não eleitos na respectiva escola do titular da vaga.

§ 2º Caso não haja suplentes na escola de origem da vaga, ou se o número de candidatos eleitos de uma das escolas for inferior ao número de vagas a ela reservadas, as vagas remanescentes poderão ser preenchidas pelos candidatos mais votados da outra escola, observando-se a ordem de classificação destes que não foram inicialmente eleitos dentro da cota de sua própria escola, conforme Art. 1º, §3º da Resolução nº 103/2025.

§ 3º Os critérios de suplência e preenchimento de vagas serão definidos e gerenciados pela Comissão Organizadora, em consonância com a Resolução nº 103/2025.

TÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO DO PARLAMENTO JOVEM

CAPÍTULO I - DA MESA DIRETORA DO PARLAMENTO JOVEM

Art. 10 A Mesa Diretora do Parlamento Jovem será composta por Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, eleitos entre os Vereadores Jovens, por maioria simples dos votos, em votação aberta ou secreta conforme decisão do Plenário, na primeira sessão ordinária após a posse.

§ 1º O mandato da Mesa Diretora coincidirá com o mandato dos Vereadores Jovens.

§ 2º A eleição será conduzida inicialmente pelo Vereador Jovem que presidiu a sessão solene de instalação ou, na sua ausência, pelo Vereador Jovem mais velho entre os presentes, ou ainda por um membro da Comissão Organizadora, se assim definido para o ato.

Art. 11 Compete ao Presidente do Parlamento Jovem:

- I - Dirigir os trabalhos das sessões plenárias, mantendo a ordem;
- II - Conceder e controlar o uso da palavra pelos Vereadores Jovens;
- III - Submeter as proposições à discussão e votação;
- IV - Proclamar os resultados das votações;
- V - Assinar, juntamente com os Secretários, as atas das sessões e as proposições aprovadas;
- VI - Representar o Parlamento Jovem, quando designado;
- VII - Cumprir e fazer cumprir este Regimento e as deliberações do Plenário.

Art. 12 Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas ausências, licenças e impedimentos, e auxiliá-lo no desempenho de suas funções.

Art. 13 Compete ao Primeiro Secretário:

- I - Realizar a chamada dos Vereadores Jovens e verificar o quórum;
- II - Ler o expediente, as proposições e demais documentos da pauta;
- III - Auxiliar o Presidente na condução dos trabalhos e na apuração das votações;
- IV - Redigir as atas das sessões e assiná-las com o Presidente e o Segundo Secretário;
- V - Organizar os documentos e proposições do Parlamento Jovem.

Art. 14 Compete ao Segundo Secretário:

- I - Substituir o Primeiro Secretário em suas ausências, licenças e impedimentos;
- II - Auxiliar o Primeiro Secretário em suas atribuições, especialmente na redação das atas e controle de frequência.

CAPÍTULO II - DO PLENÁRIO

Art. 15 O Plenário é o órgão deliberativo máximo do Parlamento Jovem, constituído pela reunião de todos os Vereadores Jovens em exercício.

Art. 16 As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes, desde que presente a maioria absoluta de seus membros para a abertura da sessão e para deliberações que exijam quórum qualificado, conforme este Regimento.

CAPÍTULO III - DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Art. 17 A Comissão Organizadora, designada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal conforme Art. 1º, X da Resolução nº 103/2025, possui as competências definidas no Art. 5º da mesma Resolução, atuando como órgão de apoio, orientação e supervisão geral do Parlamento Jovem, incluindo:

- I - Planejar e organizar as etapas necessárias para a constituição e instalação do Parlamento Jovem;
- II - Coordenar as atividades desenvolvidas pelo Parlamento Jovem, em articulação com a Mesa Diretora do Parlamento Jovem e a Câmara Municipal;
- III - Resolver os casos omissos da Resolução nº 103/2025 e deste Regimento, ouvida a Mesa Diretora do Parlamento Jovem;
- IV - Definir o calendário das reuniões do Parlamento Jovem, em conjunto com a Mesa Diretora do Parlamento Jovem, conforme Art. 8º da Resolução nº 103/2025.

TÍTULO IV - DAS SESSÕES

Art. 18 As sessões do Parlamento Jovem serão públicas e realizar-se-ão, ordinariamente, uma vez por mês, no Plenário da Câmara Municipal, conforme calendário definido pela Comissão Organizadora em conjunto com a Mesa Diretora do Parlamento Jovem.

Art. 19 As sessões poderão ser:

- I - **Ordinárias:** destinadas à apreciação de matérias e debates de temas de interesse, conforme calendário preestabelecido;
- II - **Extraordinárias:** convocadas pelo Presidente do Parlamento Jovem, pela maioria de seus membros, ou pela Comissão Organizadora, para tratar de matéria urgente e relevante, com pauta definida;
- III - **Solenes:** destinadas à posse dos Vereadores Jovens, homenagens ou comemorações especiais.

Art. 20 A ordem dos trabalhos nas sessões ordinárias observará, no que couber, a seguinte sequência:

- I - Abertura pelo Presidente e verificação de quórum;
- II - Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior;
- III - Expediente: leitura de correspondências e comunicações;
- IV - Apresentação de proposições pelos Vereadores Jovens;
- V - Ordem do Dia: discussão e votação das matérias em pauta;
- VI - Palavra Livre: espaço para manifestações dos Vereadores Jovens sobre temas diversos de interesse público;

VII - Encerramento. Parágrafo único. A Mesa Diretora do Parlamento Jovem poderá estabelecer tempos para cada fase da sessão e para o uso da palavra.

Art. 21 A ata de cada sessão será lavrada pelo Primeiro Secretário, registrando resumidamente os trabalhos, e submetida à aprovação do Plenário na sessão ordinária subsequente.

TÍTULO V - DAS PROPOSIÇÕES

Art. 22 Proposição é toda matéria sujeita à deliberação ou encaminhamento pelo Parlamento Jovem. As proposições consistirão em:

I - Projetos de Resolução do Parlamento Jovem: destinados a regular matérias de sua economia interna, manifestações coletivas ou posicionamentos sobre temas relevantes.

II - Indicações: atos propositivos através dos quais o Parlamento Jovem sugere à Câmara Municipal de Cruzeta ou a outros órgãos da administração pública medidas de interesse público, relativas aos temas elencados no Art. 4º da Resolução nº 103/2025 (Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte, Lazer, Meio Ambiente e outros).

III - Requerimentos: pedidos dirigidos à Mesa Diretora do Parlamento Jovem, à Comissão Organizadora, ou, por intermédio destas, à Câmara Municipal ou outros órgãos, solicitando informações, providências ou manifestações sobre assuntos de interesse do município ou do próprio Parlamento Jovem.

IV - Moções: manifestações de regozijo, congratulação, louvor, apoio, pesar ou repúdio sobre acontecimentos de relevância.

Art. 23 As proposições deverão ser apresentadas por escrito à Mesa Diretora do Parlamento Jovem, que lhes dará o devido encaminhamento.

§ 1º Cada Vereador Jovem deverá pautar sua atuação e suas propostas de acordo com o partido temático escolhido no ato da candidatura, e em consonância com a proposta apresentada na inscrição.

§ 2º As propostas apresentadas no ato da inscrição terão prioridade de discussão e deliberação.

Art. 24 A tramitação e deliberação das proposições no Parlamento Jovem observarão, no que for aplicável e com as devidas adaptações, os procedimentos regimentais da Câmara Municipal de Cruzeta, conforme Art. 9º da Resolução nº 103/2025, com a orientação da Comissão Organizadora e do suporte técnico da Secretaria Geral Parlamentar da Câmara.

TÍTULO VI - DO DECORO PARLAMENTAR

Art. 25 O Vereador Jovem deve manter conduta compatível com a dignidade do Parlamento Jovem, pautando-se pelo respeito mútuo, pela urbanidade e pelas normas deste Regimento. Parágrafo único. O Presidente do Parlamento Jovem zelarà pela manutenção da ordem e do decoro durante as sessões, podendo advertir o Vereador Jovem que se exceder ou perturbar os trabalhos.

TÍTULO VII - DO APOIO DA CÂMARA MUNICIPAL E DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Art. 26 A Câmara Municipal de Cruzeta, por meio de sua Mesa Diretora e da Secretaria Geral Parlamentar, prestará o suporte necessário ao funcionamento do Parlamento Jovem, conforme Arts. 1º (VIII), 10, 11 e 12 da Resolução nº 103/2025, incluindo o uso de suas dependências e o apoio técnico-administrativo.

Art. 27 A Comissão Organizadora atuará como instância de apoio e orientação permanente aos trabalhos do Parlamento Jovem, facilitando sua interlocução com a Câmara Municipal e outros órgãos, e garantindo o cumprimento dos objetivos do programa.

TÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28 Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos pela Comissão Organizadora, ouvida a Mesa Diretora do Parlamento Jovem e, se necessário, submetidos à deliberação da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Cruzeta, conforme Art. 5º, III da Resolução nº 103/2025.

Art. 29 Este Regimento Interno poderá ser alterado por proposta subscrita por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Vereadores Jovens, aprovada em Plenário por maioria absoluta dos membros do Parlamento Jovem, em discussão única, após parecer da Mesa Diretora do Parlamento Jovem e com o aval da Comissão Organizadora.

Art. 30 Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação pela Comissão Organizadora do Parlamento Jovem de Cruzeta.

Cruzeta/RN, 04 de junho de 2025.

JOADI MEDEIROS DE ALMEIDA
COORDENADOR

RENATA JORDÂNIA ALVES DA SILVA
MEMBRO

PEDRO HENRIQUE GOMES SANTOS
MEMBRO